

Anexo I

Comunidade e Lugar



Figura 19: Chafariz da Damaia. 1939 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

Lisboa é um universo em constante mudança. Fruto de sismos e intervenções humanas, “no sítio de Lisboa sobrepõem-se e interpenetram-se várias cidades”¹. Se o próprio nome do lugar habitado na margem norte do estuário do Rio Tejo se foi alterando, consoante a cultura dominante das gentes que o habitam, referindo Leite de Vasconcelos, “não admira que no

decurso da vida de uma cidade tão antiga como a nossa capital, que podemos dizer que já provém dos tempos pré-históricos, apareçam desconexos elementos étnicos, e variadas formas de civilização correspondentes a eles”², também o objeto assim designado se foi alterando com o tempo. Não sendo o passado um lugar simples e linear, a construção social, cultural e económica do lugar tem sido de constante transformação, impossibilitando enunciar um sentido uniforme de crescimento tanto físico, no sentido da *urbanidade*, como económico. A noção de dimensão varia; a do habitar também. No entanto pode-se afirmar sem dúvida que o século passado viu transformações operadas sobre uma mancha de território³ cada vez mais extenso, de tal forma que, alterando-se em conformidade os termos aplicados à urbe, a atual área metropolitana engloba uma área considerável quando comparada à Lisboa da viragem do século XIX. Como referido por Marot, surge a territorialização de uma diferente economia urbana, agora globalizada e sobretudo expressa na área suburbana de Lisboa.

Se Lisboa, no panorama europeu, se parece com uma pequena capital, no século XIX atinge-se os seus limites atuais com a construção da segunda estrada de circunvalação, que aproveitando limites geomorfológicos de Alcântara a Santa Apolónia, atravessa Campolide, São Sebastião da Pedreira, Arco do Cego, Arroios, Penha de França. Incorporam-se na área administrativa zonas que até então constituíam os arredores da cidade antiga. Na viragem para o século XIX é uma cidade de 26000 habitantes, “nos quais estão incluídos 9000 galegos e 2000 outros

¹ Guardado da Silva, C., 2008. *Lisboa Medieval – A organização e estruturação do espaço urbano*. Primeira Edição. Edições Colibri. Lisboa. Página 31.

² Leite de Vasconcelos, J., 1959. *Páginas Oisiponenses*. CML. Lisboa. Página 87.

³ Tendo já sido tratado no Capítulo I, na obra “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”, o autor José M. Ressano Garcia Lamas, refere: “a expressão “território” designa “a extensão da superfície terrestre na qual vive um grupo humano”, ou melhor, o espaço construído pelo homem, em oposição ao que poderíamos designar por “espaço natural” e que não terá sido humanizado” (página 63). Sendo uma definição simplista, na medida em que despreza a própria noção de natural enquanto construção cultural e semântica humana, informa sobre a consciência transformadora do Homem ocidental.

estrangeiros”⁴, qualidade heterogénea que vinha marcando Lisboa e que a voltará a marcar em diferentes vagas já no século XX e XXI. Sucessivas áreas construídas fora da unidade da malha antiga, como Chelas, Ameixoeira ou Benfica, são seguidamente incorporadas pela seguinte e última estrada de circunvalação de Lisboa – a linha administrativa atual de Lisboa segue, de forma geral, a linha de defesa e estrada militar construída já para lá de Monsanto. Todo este crescimento não é efetuado por uma continuidade construtiva baseada na casa, mas sim centrado na rua, desenvolvendo-se sob uma forma de construir a cidade que desde o fim da época Medieval se tinha alterado na Europa. Existem assim áreas inalteradas pela expansão urbana mantendo-se a cidade repleta de “vazios”, antigas áreas de produção, de quintas de cultura ou muitas vezes improdutivas, de pequenas hortas. Não são porém áreas desafetas à cultura urbana, havendo tanto uma simbiose económica, como uma prática sazonal de êxodo do incómodo interior da cidade para as mais amenas franjas hortícolas da cidade, onde se incluíam Campolide, Sete Rios, Benfica ou Campo Grande. Se até grande parte do século XIX a cidade cresce descontinuamente para Oeste fazendo-se uso de ligações irregulares⁵, em redor de núcleos mais antigos onde ainda predomina uma paisagem rural pontuada por quintas, a industrialização e a construção da linha-de-ferro em 1855 vieram alterar quer o ritmo, quer a forma da construção urbana.



Figura 20: Moinho Encarnado. 1939 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

Tanto este novo meio de transporte, como o novo carro elétrico (vulgo elétrico), vieram expandir a população de 187000 habitantes em 1878, para 600000 habitantes em 1934, número muito semelhante ao atual. De novo encontra-se Lisboa na sua qualidade heterogénea atraindo muitos daqueles que fugiam à segunda grande guerra. A deslocalização da área de residência para a periferia, mantendo-se a área de trabalho ainda no centro só se irá acentuar daqui em diante. Este movimento centrípeta da territorialização da nova economia e infraestrutura irá se fazer a distâncias cada vez maiores, chegando-se à viragem da segunda metade do séc. XX com o foco em localidades como Olivais ou São Domingos de Benfica. A infraestrutura viária que acompanha esta transformação atravessa, pela primeira vez, Monsanto, acedendo-se assim a um

⁴ Soares de Brito, R., 1976. Lisboa – Esboço Geográfico. 1ª Edição. Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa. III Série, N.º82. Lisboa. Página 41.

⁵ A mesma autora refere neste ponto: “Estas áreas estavam ligadas ao coração da cidade por carreiras diárias de ônibus puxados por parelhas de muare”. Soares de Brito, R., op. Cit. Página 42.

local que, até então encerrado na génese do seu nome⁶ (Fig. 20), se torna agora num parque florestal, em resposta a diferentes necessidades de uma imensa população.



Figura 21: Inauguração da lápide comemorativa da conclusão da cobertura da Ribeira de Alcântara. 1968 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML)

Depois da última grande guerra desenvolvem-se várias áreas: constroem-se em Alvalade, Avenidas Novas e Restelo novas áreas habitacionais; a Este, grandes planos como Olivais Sul começam a tomar forma; para lá do rio, fazendo usufruto tanto da ponte, como de maiores possibilidades económicas, permitindo, por exemplo, adquirir viatura própria, grandes áreas habitacionais vão crescendo, em grande medida sem grande

ordenamento e até em situação ilegal tanto em “mancha de óleo” fruto de grandes operações de loteamento como por ocupação pioneira em terrenos públicos ou privados, de onde uma população se desloca diariamente a Lisboa para aí trabalhar. A oeste, por um lado, a baixa de Loures vê-se desastrosamente construída por núcleos habitacionais de densidade elevada, por outro, a linha-de-ferro de Sintra ajuda na construção urbana tanto de Benfica, Damaiã, Queluz e outros tantos núcleos, que rapidamente irão ocupar a área produtiva ou de recreio sazonal da anterior realidade lisboeta. Toda esta construção é impulsionada por um novo crescimento industrial, que necessitando de uma mão-de-obra operária próxima, fomenta uma indústria de construção civil. Assim, atingindo Lisboa um pico populacional de 817300 habitantes na década de 1960, algumas freguesias limítrofes veem a sua população crescer exponencialmente. Tal é o caso de Benfica com um acréscimo populacional anual na ordem dos 50% - se como refere a

⁶ Leite de Vasconcelos descreve as origens pagãs do atual topónimo desta serra. “Os montes deviam impressionar muito a imaginação dos antigos, tanto pelo seu aspecto majestoso e solitário, como pelas riquezas minerais que encerravam: compreende-se por conseguinte, que se lhes prestasse culto. [...] Justino, tratando da Gallaecia, “auto quoque ditíssima”, diz que nos confins d’ella, sem sitio porém que elle não especifica, ha um monte santo, *mons sacer*, que não póde ser cavado com instrumento de ferro, por isso é sacrilégio”. Referindo-se ao escrito de Justino, “o *deus* a que nella se alude é evidentemente o da montanha, especie de “genius loci” ou “numen loci”, talvez deus sem especial denominação, mero espirito invisível e vago”. Conclui referindo, “se com relação á montanha de ao pé de Olisipo só sabemos que ella era santa, *mons sacer*, a respeito d’esta adquirimos mais uma noção, isto é, ficamos sabendo que ahi habitava um deus, entidade poderosa, que muitas vezes concedia aos seus fieis parte do ouro que possuía”. Leite Vasconcelos, J., *Religiões da Lusitânia*. Páginas 103 a 105. Quanto à sua ocupação atual refere na obra *Páginas Olisiponenses*, “Não podíamos encontrar paganismo mais puro! Nem sequer consta que lá existisse alguma capelinha, semelhante a muitas outras que se vêem em montanhas nossas e nas de outras nações”. Leite Vasconcelos, J., *Páginas Olisiponenses*. Página 87.

autora, em finais de séc. XIX o Campo Grande seria uma feira distribuidora de alimentos quer para Lisboa quer para os arredores, possuindo Benfica a essa época uns parcos 3500 habitantes, um século mais tarde, tanto esse mercado abastecedor desaparece com a expansão da cidade e afastamento de locais de produção para níveis regionais, nacionais e internacionais, Benfica vê-se agora com uma população crescente de mais de 68000⁷. Toda esta construção irá envolver, no séc. XX, menos um aumento de área urbana na zona envolvente e mais um exponencial aumento de densidade populacional, à custa tanto de construção de áreas interiores como da nova tipologia urbana e arquitetónica: de 70 hab./km² em 1890 sobe para 550 hab./km² em 1970.

A periferia sofre também do aumento populacional local e nacional, como refere a autora, “o desenvolvimento da cidade promove, pois, o dos seus arredores, sendo a diferenciação o resultado de causas locais e regionais, subordinadas estas à influência da cidade”⁸. É no fim da primeira metade do séc. XX que Lisboa começa a perder população para a sua periferia – sobretudo aquela que possui melhores meios de comunicação, nomeadamente o comboio agora eletrificado nas zonas oeste e noroeste – ao mesmo tempo que uma forte imigração do interior de Portugal e de além-fronteiras, sobretudo das colónias, procura rendas baixas ou habitação própria, agora vendida por andar e a crédito, próxima de uma indústria que se vê de novo surgir nesta época. Assim a periferia a oeste mais próxima de Lisboa, como Oeiras ou Amadora vê-se povoada de gentes anteriormente estranhas a Lisboa, sobretudo de classe baixa, procurando trabalho nas imediações. Consequentemente o movimento sazonal torna-se quase exclusivamente diário, criando-se as *áreas dormitório*, fomentando o surgimento de novas redes de transporte público rodoviário em conjugação com a linha-de-ferro. Neste aspeto, Benfica torna-se a porta de entrada/saída de um grande fluxo de gente entre Lisboa e Sintra, passando por Queluz e Amadora.

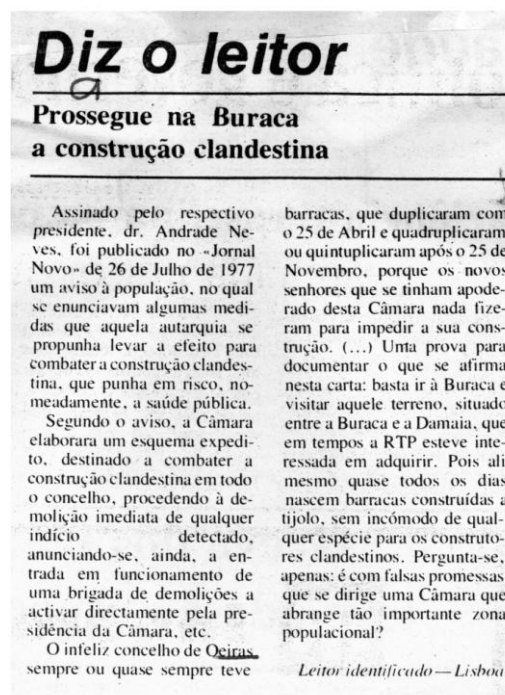


Figura 22: Recorte da edição de 14/06/1978 do “Jornal Novo” (Fonte: Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Oeiras).

⁷ Dados dos censos de 1864 a 1970 referidos na obra Soares de Brito, R., Lisboa – Esboço Geográfico.

⁸ Soares de Brito, R., op. Cit. Página 95.



Figura 23: Caneiro de Alcântara, obras de cobertura da ribeira de Alcântara junto da Ponte Nova. 1945 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

O caso de estudo apresentado pela autora é bastante paradigmático da zona a noroeste de Benfica: “A primitiva fixação de população está relacionada com a possibilidade da existência de moinhos de vento, pontecendo o cume de uma série de colinas ventosas e a ocupação agrícola do vale”⁹. A melhoria das redes de comunicação, primeiro a linha-de-ferro e segundo a rede viária,

promovem o aumento populacional que aí reside e trabalha em Lisboa. Espaços de hortas e quintas são consumidos e transformados em prédios habitacionais construídos sobretudo por particulares e obedecendo raramente a diretrizes legais – também estas raras e poucas vezes fiscalizadas – resultando numa malha urbana caótica, e relativamente desenraizada, quer económica quer culturalmente, da antiga paisagem agora ocupada. A primeira guerra mundial torna a vida em Lisboa mais complicada fruto do racionamento, tornando estas áreas ainda mais apelativas. A eletrificação da linha férrea em 1957 fomenta um segundo surto habitacional, de rendas mais elevadas, apelativas a uma camada mais alta da sociedade. A substituição económica, arquitetónica e social opera uma nova cultura: a relativa ausência de hortas geminadas à casa, e espaço público reduzido, fomenta uma economia de rua. Lentamente toda uma área estendendo-se de Queluz a Benfica se vai ligando descontínua e autonomamente.

Este crescimento suscitou a construção pioneira de bairros *clandestinos*. O termo remete para uma fuga à norma institucional, quer seja pela ocupação de terrenos privados ou públicos sem autorização, quer seja pela construção individual sem licença. A primeira vaga de construção destes bairros data de 1956/7, respondendo a uma nova necessidade de mão-de-obra diversificada, havendo então disponibilidade de terrenos não construídos muito próximos quer das principais vias de comunicação quer dos locais de trabalho. Respondendo a um aumento populacional inusitado e uma resposta lenta e ineficaz por parte das entidades públicas nacionais e camarárias, diferentes áreas vão sendo modificadas por tipologias diversas. As condições para a sua localização dependem sobretudo da “existência de espaços livres (e baratos), da proximidade das vias de comunicação, dos locais de trabalho e de pouca ou nenhuma fiscalização camarária”¹⁰, em tudo semelhante ao teorizado no capítulo II. Na ausência de um planeamento urbano formal, as construções seguem uma ordem que oscila entre o interesse

⁹ Soares de Brito, R., op. Cit. Página 164.

¹⁰ *Idem*. Página 181.

individual e as regras comunitárias, sendo a sua construção desprovida das ferramentas usadas na já referida territorialização da economia urbana, notando a autora que “quase sempre são construídos em locais rurais, mantendo a forma dos velhos campos que lhes deram origem”¹¹, e que “os carreiros de acesso às entradas principais ou são a recuperação de antigos caminhos rurais, sem nenhuns ou quase nenhuns melhoramentos, ou são trilhos abertos à força de serem pisados”¹². Este tipo de bairro adapta-se assim à morfologia presente e aos antigos vestígios de uma ocupação da paisagem. Tornam-se assim áreas suburbanas diferenciadas: se a *suburbia* possui a qualidade amnésica em relação à paisagem, deformando-a no processo de construção e habitar, estes bairros conformam, ainda que à escala local e comunitária, a espessura e leitura mental da paisagem (Fig. 28).



Figura 24: Aqueduto das Águas Livres junto à passagem de nível da Damaia. 1961 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

Inicialmente, na falta de infraestruturas, estes bairros fazem uso das qualidades do território habitado, “assim, o poço é um elemento indispensável e comum à grande maioria dos bairros onde se aglutina uma população cheia de dificuldades que aproveita estes momentos de convívio para desabafar e discutir a sua vida”¹³. O comércio de bairro torna-se um equipamento social e cultural central à vida do bairro, vendendo-se produtos muitas vezes produzidos pelos habitantes do bairro e vendidos informalmente a preços mais baixos. Tal como referido por Wei Li, a população, neste caso masculina, emprega-se, ao início, em trabalhos não especializados como construção civil ou indústria. Esta ocupação irá por seu turno ser essencial na absorção de conhecimentos essenciais à edificação das habitações nas suas comunidades¹⁴. É nesta realidade que se enquadra a Cova da Moura.

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ *Idem.* Página 182.

¹⁴ Raquel Soeiro de Brito refere-se sobretudo a imigração interna quando descreve a génese do *bairro clandestino*. No entanto a imigração além-fronteiras, sobretudo das colónias africanas portuguesas, quer antes do processo de descolonização, quer especialmente depois deste, contribuiu e contribui para o crescimento da área urbana de Lisboa. Assim, não é de todo errado afirmar que muitos destes bairros possuíam e possuem uma considerável componente étnica, tal como referido por Wei Li.

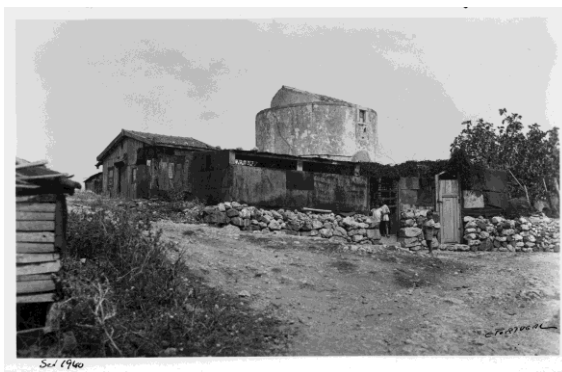


Figura 25: Moinho junto a bairro de barracas. 1940 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

Não sendo certa a origem da etimologia do lugar, o certo é que, apesar das lógicas contemporâneas formuladas pelos próprios habitantes para justificar o nome precedente como a cova onde habitaria uma das famílias pioneiras de apelido Moura, tal nome existe há bem mais tempo na toponímia ibérica, encontrando profundas ramificações na sua cultura: “no decurso dos tempos as

covas, lapas, grutas que tiveram serventias como as indicadas [locais de habitação, refúgio, santuário, local de mistério, sepultura], e que mais ou menos as perderam, ficaram porém lembradas na toponímia: *Grotte de Féés* em França, *Cueva de la Mora* em Espanha”¹⁵. Ainda em Lisboa e bem mais próximo do núcleo antigo de Lisboa, subsiste atualmente a mesma toponímia ressonando no próprio lugar em questão: “a esta série pode agregar-se um sítio que há em Lisboa, e muito conhecido, chamado *Cova da Moura*, que na idade da pedra ou no período calcolítico foi certamente local de habitação, ou de sepultura, e que o povo depois baptizou como se vê, adoptando uma denominação que frequentemente aplica a locais e monumentos de prisca origem, e cujo primordial significado se apagou”¹⁶. Não é de todo certo a mesma origem em ambos os casos; de qualquer forma, e atendendo ao fato de, na ausência de escavações arqueológicas conhecidas, é possível reconhecer uma escavação, *cova*, ainda antes do surgimento do bairro, a consubstanciação de ambos é semelhante: as reais origens da toponímia encontram-se para sempre perdidas e é nessa omissão que surge.

O bairro situa-se numa das maiores bacias hidrográficas da área metropolitana de Lisboa, a do vale de Benfica, que, dos limites do atual concelho da Amadora até ao vale de Alcântara, capta uma considerável quantidade de águas pluviais, hoje encanadas no subterrâneo caneiro da Avenida de Ceuta – as suas enormes proporções são uma boa imagem do fluxo de água que esta ribeira, antigo limite de Lisboa e último ponto de ligação da cidade ao rio, esco do vale até ao rio Tejo. Se em meados do séc. XX o caneiro (Fig. 23 e 27), um exemplo paradigmático das profundas alterações à paisagem, é ele próprio um sinal – a sua construção marca sem dúvida o século XX da paisagem lisboeta e o seu distanciamento da massa de água que constitui o Rio Tejo, virando-se Lisboa para o interior e a inauguração do caneiro é disso exemplar (Fig. 21) – que dissimula um dos elementos mais profundamente estruturante de Lisboa ainda no séc.

¹⁵Leite de Vasconcelos, J., op. Cit. Página 88.

¹⁶ *Ibid.*

XVIII, essa mesma qualidade hídrica foi aproveitada com a construção do Aqueduto das Águas Livres (o alvará de construção data de 12 de Maio de 1731¹⁷). Respondendo a necessidades prementes duma crescente urbe, foi planeado um aqueduto que, começando em Caneças, no antigo aqueduto romano (sinal de uma ocupação primordial da paisagem e da importância vital da água na subsistência das gentes e certamente do seu valor nas suas produções e representações culturais), transportaria por gravidade, águas captadas em diversas fontes e poços nas franjas desse vale, até à mãe

d'água a cota elevada no Norte de Lisboa, e, através de diversos canais na sua maioria subterrâneos, daí escoando até diversas fontes e cisternas bem no interior da cidade antiga. Essa estrutura seguia assim tanto uma lógica de necessidade real, como se adaptava de forma dissimulada à geomorfologia suave do vale, tomando expressão arquitetónica nos pontos de maiores declives, de menor

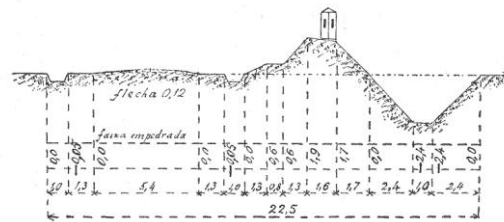


Figura 26: Perfil transversal da estrada militar no seu troço mais a sul (Fonte: Augusto Vieira da Silva).

forma em Queluz e na Damaia (Fig. 19) de forma a ultrapassar pequenas ribeiras afluentes do vale, e de forma monumental no vale de Alcântara, última fronteira natural entre Lisboa e o seu termo. Há época de construção existiria uma rutura entre qualidade visual e existência mnemónica: a sua real extensão é a todos os níveis ausente do campo visual exceto nos pontos onde se emprega energia no ultrapassar de obstáculos a cotas inferiores; mas subsiste no campo mnemónico e quotidiano de quem habita e constrói a paisagem – qualidade patente nas sucessivas fontes nas quais o aqueduto providenciava água junto de localidades nesse grande termo, ou nas nascentes em terrenos privados das quais o aqueduto se abastecia de água. Usando o conceito de Graham Harman, não existe mais que objetos e seus interiores, e tensões entre suas qualidades: uma grande realidade, o vale de Benfica, feita de pequenas concreções produtivas entra em comunicação simbiótica com outra grande realidade também ela feita de pequenos bairros, largos e ruas, Lisboa, através da qualidade hídrica da paisagem. Como refere Teresa Alfaiate, “a água incorpora a capacidade de tornar aparentes as dinâmicas do meio natural e constitui um catalisador de sucessivas construções, quer por motivos básicos de subsistência e de continuidade da vida, quer pela necessidade humana de fixar no tempo representações que lhe deem sentido e as integrem numa realidade existencial”¹⁸.

¹⁷ *Memoria sobre o Aqueducto Geral de Lisboa Feita Por Ordem do Menisterio das Obras Publicas em Portaria de 15 de Fevereiro de 1856.* Imprensa Nacional. Lisboa. 1857. Página 6.

¹⁸ Alfaiate, T., 2008. A Água Enquanto Matéria Construtora da Paisagem. In *Arquitectura e Vida*, nº94. Lisboa. Página .



Figura 27: Visita de vereadores ao Caneiro de Alcântara. 194(?)
(Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

territorialização urbana, onde planos mais ou menos relacionados, ainda que apenas de forma infraestrutural – como já referido, as estruturas viárias modificaram as relações da paisagem, não sendo apenas uma adição mas um agente transformador – ocupam o espaço anteriormente dedicado à produção agrícola ou de veraneio, sobretudo aquele que nos seus declives mais suaves, se torna propício à planificação de vias de comunicação rodoviárias. A oeste, a antiga localidade da Damaia, que por volta de 1940 ainda é uma pequena concreção de casas, certamente votadas à exploração de uma paisagem agrícola de vale, situadas às portas da cidade – são visíveis tanto a linha de comunicação como modulação de terreno da antiga estrada militar (Fig. 26) – e associadas já nessa época à estação da linha férrea Lisboa-Sintra, é agora, sobretudo, um novo plano urbano que dificilmente adaptou a sua malha rígida à lógica morfológica do terreno primordial. Também a Este se encontra a mesma situação, vendo-se a pequena localidade da Buraca, associada à linha do aqueduto, transformada numa miríade de planos mais ou menos relacionados – como é referido numa peça jornalística de época, a única coisa que parece não faltar à Buraca são transportes. Portanto, quando surge o bairro da Cova da Moura, já toda a paisagem Oeste de Lisboa se encontrava em forte transformação, e certamente a mão-de-obra desta nova população encontraria eco nas necessidades laborais dessa paisagem (ver fotografias aéreas no Anexo II).

Se a ocupação desses planos é relativamente cega às lógicas culturais então presentes, a ocupação do Bairro vem, em linha de conta com o que foi dito, ocupar de forma sinérgica essa paisagem produtiva. Na voragem urbana, áreas de maior declive sobrevivem, renegadas para o que então e hoje erradamente se convencionou chamar “vazios urbanos” – tendo em conta a

Não sendo certa a data do seu aparecimento, é tanto possível, através de fotografias aéreas, situar a génese do Bairro entre as décadas de 40 e 60, como afirmar, através de fotografias de arquivo, que ainda durante os anos 60 as franjas da colina se encontram ainda trabalhadas como áreas de cultivo. A primeira imagem da sua formação data de 1963 e poucas habitações, relativamente dispersas ou de ocupação pouco densa, estão presentes. Certo é que por essa data, já a realidade do termo de Lisboa se tinha alterado profundamente, visível na nova

construção caótica do séc. XX é caricato designar por vazios áreas que, por diversas razões, não foram transformadas. Na margem norte do Rio Tejo, fruto de uma localização costeira e exposição a ventos predominantemente oriundos de Nordeste, muitas dessas áreas de maiores declives e de cotas elevadas, como montes e serras, são usadas desde tempos pré-históricos como fontes energéticas, aproveitando a energia providenciada continuamente por esses ventos na transformação mecânica dos alimentos. Tal é a profusão de moinhos, hoje abandonados ou, através da sua desativação, transformados em representações museológicas e raros catalisadores culturais em áreas amnésicas (Fig. 25 e 20). Por outro lado, estas representações culturais não são apenas aproveitamentos técnicos transformados em materialidades arquitetónicas.

Isolando o vale de Benfica da paisagem costeira a Sul, encontra-se uma linha de festo que percorre uma série de elevações, desde Monsanto até à Serra de Carnaxide¹⁹. Situando-se entre ambas, a colina ocupada pela Cova da Moura é de especial importância a qualquer nível de complexidade da paisagem. De oeste a este, o aqueduto tem aí especial importância, apesar da qualidade subterrânea adquirida na encosta norte, referindo-se na *Memória sobre o Aqueducto Geral de Lisboa*, “e no fim da linha dos arcos da Adamaia, na claraboia chamada Redonda, entronca o



Figura 28: Avenida Padre Himalaia. 1961 (Fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

encanamento do Outeiro [nome derivado por certo da Quinta do Outeiro, na encosta Sul da colina], e além de dois rames de minas com nascentes que apanha no trânsito [Fig. 24]²⁰, no sítio da Buraca, junta-se-lhe o grande aqueduto da Buraca, que chega até à serra de

¹⁹ A etimologia é um importante estrato da total espessura da paisagem. Sobrevivendo ao longo dos tempos, ainda que de forma alterada pelas sucessivas alterações da língua e das gentes que a constroem, informa-nos sobre qualidades climáticas, pedológicas, geomorfológicas e outras que conformam o habitat. Sobre a etimologia de Carnaxide, além de teorias que remontam à ocupação celta, é possível associar uma possível etimologia à ocupação árabe: “a expressão árabe “carnexate” que deriva de outras duas palavras árabes, “carn”, que é chifre, corno ou ponta, e “xate”, que significa ovelha”, já que, “a localidade era ao tempo dos mouros principalmente pastoril, d’onde cada vez mais debastados os matagais e cultivado este torrão abençoado, se tornou essencialmente agrícola”. Santos, S. e Figueiredo, J., 2005. *Memórias de Carnaxide – Da ocupação à sobrevalorização*. Primeira Edição. Câmara Municipal de Oeiras. Lisboa. Páginas 12 e 13.

²⁰ Quanto a estes dois ramos, consultar a fotografia aérea de 1940 (Anexo II). Aí são ainda visíveis as duas claraboias também referidas na mesma obra. Enquanto uma se encontra hoje inserida na malha urbana do bairro, a outra, situada numa situação favorável a um importante cruzamento interno construído nas décadas seguintes, desapareceu na face de melhor circulação interna.

Carnaxide”²¹. Singularmente, a maior exposição a ventos destas elevações geomorfológicas, possibilitou, como já referido no caso de Queluz, o aproveitamento mecânico dessa energia inesgotável, configurando-se uma singular associação entre aqueduto e moinhos. Nem é pela menor dimensão da colina habitada pelo bairro que se torna inutilizável essa energia, já que na sua cota mais elevada se encontra atualmente um moinho incorporado na malha do bairro.

A modificação operada na paisagem no último século veio enfatizar essa qualidade singular do território. Se as pequenas ocupações primordiais da paisagem, como Benfica, Queluz, Damaia ou Buraca obtinham a sua *alma mater* das qualidades produtivas, cinéticas e hídricas da paisagem, o seu desenvolvimento à luz de uma nova racionalização económica e tecnológica apenas enfatizou a sua importância territorial no século XX. Assim a linha férrea, estrutura feita de linhas e pontos, ocupando os últimos pontos nevrálgicos de primordial importância na absorção e libertação de passageiros, enfatizou uma realidade já pontuada da paisagem. Localizando-se esta colina no ponto de charneira entre dois pontos de ocupação humana, a sua atratividade para uma ocupação simbiótica da paisagem elevou-se. Por outro lado, toda esta paisagem suburbana, entendendo-se de Lisboa a Sintra, vê-se atravessada pela Rua Elias Garcia, que das Portas de Santo Antão até à localidade antiga de Sintra, ganha um relevo sem paralelo no território nacional atual. A sua qualidade linear adaptada a singulares situações geomorfológicas, em pontos de cota inferior, e portanto uma qualidade tanto de vale como de planalto é assim associada a uma prática cultural da paisagem. Se a sua importância na nova realidade suburbana a esvazia da sua continuidade e finalidade últimas, e deforma a sua capacidade de descodificação mental de um imenso território, subsiste no interior desta nova realidade. Assim a singularidade cultural desta colina informa uma qualidade especial da paisagem. As estruturas pontuais ou lineares, de uma imensa escala, feitas de qualidades e velocidades distintas, encontram-se singularmente reunidas e tencionadas no pequeno ponto do território denominado Cova da Moura. O bairro encontra-se especialmente bem colocado nas possíveis respostas à paisagem: na solução de necessidades reais dos habitantes é possível encontrar as bases mnemónicas e semânticas de uma imensa escala. Colocando-se interligada à *suburbia* e seguindo um caminho de certa forma paralelo foi possível criar alternativas a uma lógica que parece sucessivamente encontrar a próxima salvação no fim da história e na implementação de programas quantitativos que mais não fazem do que adicionar mais informação e menos identidade ao lugar.

²¹ *Memoria sobre o Aqueducto Geral de Lisboa Feita Por Ordem do Menisterio das Obras Publicas em Portaria de 15 de Fevereiro de 1856*. Imprensa Nacional. Lisboa. 1857. Página 9.